

CINCO ANOS DO GOLPE CONTRA A JUVENTUDE BRASILEIRA

Nunca antes na história do país se desenvolveu tantas políticas públicas para a juventude e se deu a ela tanto espaço na formulação de um projeto nacional como nos governos Lula e Dilma. Marcos como o Estatuto da Juventude, as conferências nacionais, a Secretaria Nacional de Juventude, as ações na área da educação, saúde, esporte, cultura, trabalho, foram fundamentais também para a construção de uma nova forma de inserção da juventude na sociedade: não mais como problema a ser resolvido, mas como parte das soluções para o país. Desde o golpe de 2016, todavia, o que vivenciamos é um radical processo de desarticulação e desmonte das políticas voltadas à juventude, aliados à criminalização e estigmatização da nossa juventude.

DESMONTE DO ESTADO, DA EDUCAÇÃO E DAS OPORTUNIDADES

Desde a Ponte Para o Futuro, programa apresentado por Temer às elites brasileiras como fiador do golpe, já se evidenciava que a juventude passaria a ocupar outro lugar na agenda do país. O teto de gastos imposto pela Emenda Constitucional 95, que congelou investimentos públicos, em especial em saúde e educação, inaugurou um período de

penúria para os gastos sociais, com impactos duríssimos na vida da juventude. As medidas de estrangulamento da educação pública evoluíram rapidamente a ponto das mais tradicionais universidades federais do país estarem em risco de fechar as portas. Ainda, o esvaziamento do caráter social e a redução de oferta de vagas de bolsas integrais do Prouni e dos financiamentos do FIES atuam diretamente para a retomada do *status quo* do período que antecede os governos petistas no ensino superior brasileiro, transformando o acesso à universidade em sonho distante ou impossível para a imensa maioria dos jovens brasileiros.

No ensino básico, o cenário é ainda mais difícil. A realidade desigual entre as escolas públicas e particulares foi duramente impactada com a pandemia da COVID-19 e a impossibilidade de realização de aulas presenciais. O país que já viu o Programa Um Computador por Aluno no governo Lula se depara com a completa ausência de uma política nacional direcionada a tecnologias educacionais de educação remota, adaptada às necessárias medidas de isolamento social. Nesse contexto em que a educação demanda ainda mais atenção do Estado, o MEC teve em 2020 a menor execução orçamentária da década em educação básica. Vale destacar, ainda, a tentativa de esvaziamento do FUNDEB por parte do governo Bolsonaro, impedida pela mobilização do conjunto do movimento educacional, garantindo a permanência dos recursos do FUNDEB para a educação básica.

A educação não vive, todavia, somente brutais reduções orçamentárias desde 2016. O golpe também deu vazão a uma agenda ideológica educacional conservadora radical em Brasília e nos estados e municípios, a exemplo do movimento Escola Sem Partido, voltado à criminalização da atividade docente e do pensamento nas escolas. O suposto combate à “ideologia de gênero” e ao “marxismo cultural” nas escolas compõe uma faceta ideológica importante do projeto de educação que se busca implementar no país: esvaziar a capacidade reflexiva e

crítica do processo de aprendizagem e reescrever a história do país e do mundo para as crianças e jovens.

Nesse mesmo esteio repressor, na contramão das conquistas da juventude nos governos petistas, o governo Bolsonaro, coautor e herdeiro do golpe, atua deliberadamente pela discriminação e repressão da sexualidade da nossa juventude, sobretudo através de declarações e ação do Ministério da Família e dos Direitos Humanos. Isso tem um impacto direto nos estigmas presentes na sociedade acerca da sexualidade e isentando o Estado de responsabilidade no desenvolvimento de políticas de prevenção e educação sexual. Exemplos significativos disso são o aumento dos casos de Sífilis, em que a curva de casos dos 20 aos 29 anos é muito maior do que as demais faixas etárias, e a campanha pela abstinência sexual como método contraceptivo promovida pelo governo federal.

DESEMPREGO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO PARA A JUVENTUDE

O mundo do trabalho também se tornou muito mais árido para a juventude desde o golpe de 2016. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, no início de 2019, 27% dos jovens brasileiros estavam desempregados, mais que o dobro da média da população. No final de 2020, a taxa havia crescido para 29,8%, patamar 54% superior ao do final de 2015. Em paralelo, cresceu o trabalho não protegido, principalmente nos aplicativos de entrega, em que boa parte dos empregados são jovens, e diminuiu a renda média do trabalho.

O empreendedorismo como única opção imposta pela agenda neoliberal desde o governo Temer suscita uma saída individual ao anseio legítimo de emancipação pessoal e profissional, ao passo que retira direitos e provoca muitas vezes baixa remuneração e jornadas de trabalho exaustivas e precárias para a juventude. Para o trabalho assalariado, a resposta

do regime pós-golpe deu à juventude foi a Medida Provisória da “carteira verde e amarela” – que retirava direitos garantidos pela CLT e precarizava ainda mais as relações de trabalho para a juventude –, mas foi barrada pela mobilização popular e caducou no Senado Federal.

JUVENTUDE COMO INIMIGO DO ESTADO

O genocídio da juventude negra é uma dura realidade do nosso país, com raízes históricas e institucionais profundas. Porém, se antes tínhamos um governo que através de iniciativas como o Juventude Viva denunciava essa realidade e agia para confrontá-la, mobilizando sociedade civil, instituições e poderes para o combate ao racismo e à estigmatização da juventude, o que vemos hoje é o reforço do extermínio da nossa juventude pelos próprios agentes que comandam a República. Além da ausência completa de políticas de combate ao extermínio da juventude, há o incentivo ativo a ações de extermínio deliberadas, como as declarações do vice-presidente Hamilton Mourão, que classificou como “bandidos” todos os 28 sumariamente executados na chacinha de maio de 2021 no Jacarezinho.

Ainda sobre criminalização da juventude negra, a própria Secretaria Nacional de Juventude emitiu, em dezembro de 2020, nota favorável à Proposta de Emenda à Constituição de iniciativa de Flávio Bolsonaro que reduz a maioria penal, em absoluta contradição à defesa da juventude, à Constituição Federal, ao Estatuto da Criança e do Adolescente, e a tratados e acordos internacionais de Direitos Humanos.

DESESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO DE JUVENTUDE

A criação de órgãos e ferramentas de gestão de políticas públicas de juventude e participação da juventude nos processos de tomada de decisão e formulação dessas políticas foi traço marcante dos governos

do PT. A criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude e a realização das Conferências Nacionais de Juventude abriram uma avenida no Estado brasileiro por onde as demandas da juventude puderam invadir o governo federal.

Hoje, a diminuta Secretaria Nacional da Juventude do governo Bolsonaro é vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e não tem previsto qualquer orçamento específico. A Conferência Nacional de Juventude, espaço fundamental de participação social e que deveria ter ocorrido em 2019, teve sua comissão organizadora constituída unicamente pelo governo federal, só cedendo à participação da sociedade civil após campanha de organizações de juventude e do Conselho Nacional de Juventude.

O golpe de 2016 impôs, portanto, um novo período para as políticas públicas de juventude no país. Substituíram o ciclo virtuoso de elaboração e execução dessas políticas pela negligência e violência contra a juventude. Urge retomar o Estado para a juventude brasileira e fazê-lo encará-la novamente como sujeito de direitos e agente fundamental do desenvolvimento nacional.